

PÁG 2

CCEE apresenta proposta de novo mecanismo de garantias financeiras para o MCP para associadas da Abraceel

PÁG 5

Conselho da CCEE em linha com Abraceel sobre abertura de mercado

PÁG 7

Abraceel continuará pedindo celeridade da Aneel para aumentar eficácia do MVE

PÁG 9

Cpamp apresentará relatório final do PAR(p)-A e CVaR até o fim do mês

PÁG 11

Abraceel na Mídia

PÁG 12

Curtas

PÁG 15

Próxima Semana

PÁG 16

Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## CCEE apresenta proposta de novo mecanismo de garantias financeiras para o MCP para associadas da Abraceel

### Matéria em 1 minuto:

- Câmara sugere mecanismo em cascata com seis camadas a serem acionadas, que vão desde garantias pré-constituídas para dois meses, até criação de um fundo de liquidação custeado pelos agentes;
- CCEE ressaltou que proposta é conceitual e que a definição de alguns critérios depende dos resultados do monitoramento de alavancagem;
- A Nota Técnica que embasa a proposta já está com a Aneel e há expectativa de que a Nota Técnica anterior, que versa sobre o monitoramento de alavancagem seja colocada em consulta pública em fevereiro, antes da discussão sobre garantias.



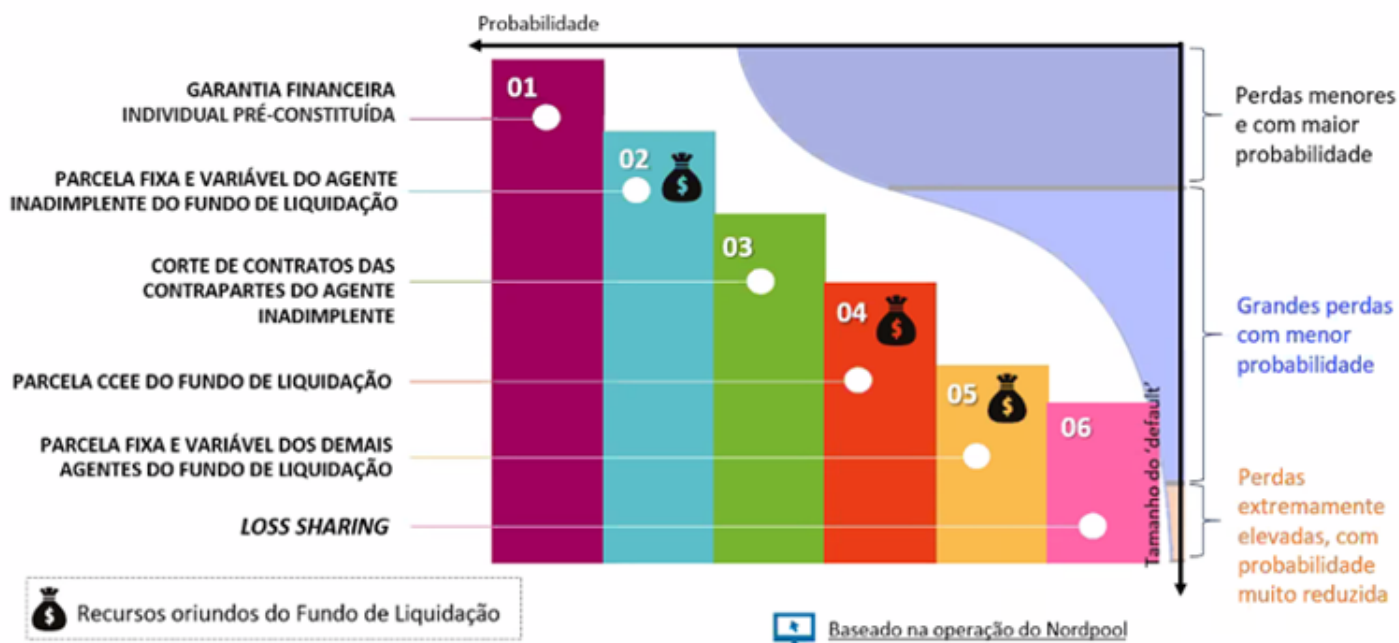
Tempo de leitura:  
**4 minutos**

Em reunião que contou com a participação de cerca de 170 representantes de associadas, a conselheira da CCEE Rose Santos apresentou a proposta da Câmara de revisão da estrutura de salvaguardas financeiras para o MCP, divulgada em Nota Técnica no final de 2021. Rose ressaltou que a Abraceel é a primeira associação com quem a CCEE está se reunindo, pois foi a primeira a solicitar a apresentação, e explicou que deseja evoluir na construção da proposta, com diálogo e transparência, para que se consiga o que for melhor para o mercado.

Segundo Rose, as premissas que foram adotadas na Nota Técnica são: i) blindagem 100% do MCP, seguindo as melhores práticas do mercado financeiro e mercados internacionais; ii) sustentabilidade, mediante a exigência de aporte de garantias, mas preservando a competitividade e liquidez do mercado, pois não se pretende engessar as negociações; iii) defaulters pay, pois não querem dar um sinal econômico equivocado, de socializar o risco dos maus pagadores; iv) monitoramento prudencial, que serve para exigir garantias proporcionais ao risco de cada agente; e v) período de transição para adequação dos agentes.

Em linhas gerais, a CCEE sugere mecanismo em cascata com seis camadas a serem acionadas, que vão desde a pré-constituição de garantias para dois meses, até a criação de um fundo de liquidação custeado pelos agentes, conforme mostrado a seguir. Mais detalhes de cada camada foram apresentados no [Relatório Semanal de 03 a 07 de janeiro](#).



**Cascata de mecanismos mitigadores de perdas decorrentes da inadimplência no MCP**


- 1) **Garantia individual pré-constituída:** para comercializadores, geradores e consumidores livres, seria o valor equivalente ao risco potencial associado a duas liquidações do MCP, de M0 e M1. Para as distribuidoras, seria a média das exposições negativas dos últimos 12 meses. Na hipótese de não aporte das garantias pelo agente ou aporte insuficiente, as próximas etapas seriam acionadas.
- 2) **Fundo de liquidação, parcelas fixa e variável do agente inadimplente:** propõe-se que a parcela fixa seja definida em função da proporção do volume médio de energia contabilizada na CCEE por um determinado período. Já a parcela variável seria proporcional ao risco que o agente agrega ao sistema de M2 a M6, ou seja, os agentes que desejarem assumir riscos maiores deverão constituir garantias maiores para suportar seus contratos. Nesse aspecto, Rose destacou que se faz necessário avaliar os resultados do monitoramento prudencial, para que o período e outros aspectos sejam definidos com assertividade. “Estamos tratando dos conceitos, os números vão precisar dos dados da operação sombra”, reafirmou a Conselheira.
- 3) **Corte de contratos com as contrapartes do agente inadimplente:** segue o procedimento atual.
- 4) **Fundo de liquidação, parcela CCEE:** advinda de porcentagem das penalidades aplicadas pela CCEE e eventual sobra orçamentária da Câmara.
- 5) **Fundo de liquidação, parcela fixa e variável dos demais agentes:** do fundo de liquidação.
- 6) **Loss sharing:** rateio dos valores ainda remanescentes de inadimplência entre os agentes credores, na proporção dos respectivos créditos.

Por fim, Rose informou que a Nota Técnica já está com a Aneel e que a CCEE está trabalhando em conjunto com o regulador. A expectativa é que a Nota Técnica 3.1, de monitoramento prudencial, seja colocada em consulta pública em fevereiro pela Aneel, antes da discussão das garantias financeiras.

Os associados questionaram se o valor da garantia pré-constituída seria o risco da exposição ou o valor em si da exposição. Foi explicado que não é a exposição bruta, mas o valor em risco. Houve também a indagação de que se pretende estabelecer uma garantia que usa como critério liquidações futuras, para garantir a liquidação de curto prazo. Sobre isso, Rose Santos disse entender que é dever da CCEE monitorar as contratações futuras que possam impactar o MCP.

Os presentes também apontaram que a proposta é bastante complexa frente ao baixo nível de inadimplência do MCP. Surgiu a dúvida se a metodologia exige o pré-registro de contratos. Sobre esse, a Câmara reforçou que não, que após discussão com o mercado, a proposta focou no monitoramento prudencial e incentivo ao registro de contratos.

Alexandre Lopes, Vice Presidente de Energia da Abraceel, levantou preocupação com o tamanho que o fundo pode atingir, podendo ser usado para fim alheio ao seu propósito. Também defendeu a manutenção da etapa de corte de contratos. Rose reforçou que esse passo foi mantido, apenas sendo deslocado mais para frente na estrutura de salvaguardas.

Foi questionada a posição da CCEE em relação aos consumidores que devem lidar com a nova obrigação, considerando ainda o cenário de abertura de mercado. A CCEE argumentou que não vê a proposta como complexa para o consumidor e, além disso, no cenário de abertura o consumidor não deveria estar representado na CCEE, mas sim no varejista, ponderou Alexandre Viana, consultor da Thymos contratado pela Câmara. Também foi ponderado que as etapas 4 e seguintes não se aplicam a vendedores, já que na etapa 3 os contratos sem respaldo físico ou financeiro são eliminados, havendo consequências somente para os compradores.

A Abraceel agendou para o dia 02.02, às 15h, reunião do Grupo Técnico para que as associadas tenham oportunidade de discutir a proposta. A reunião contará com a presença do consultor Donato Filho, da Volt Robotics, contratado para desenvolver a proposta Abraceel. A apresentação realizada pela CCEE está disponível no [site da Abraceel](#).

## Conselho da CCEE em linha com Abraceel sobre abertura de mercado

### Matéria em 1 minuto:

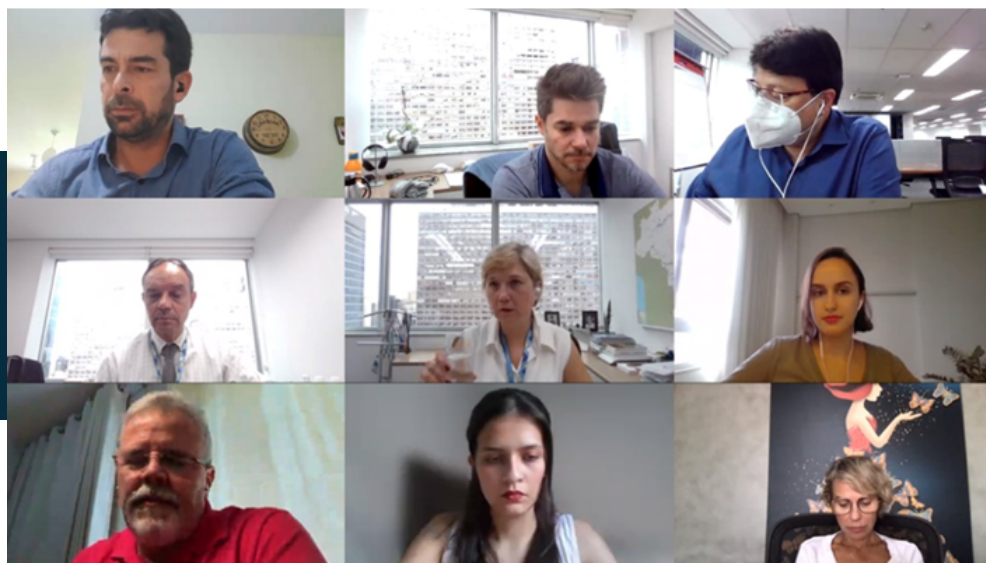
- Em reunião com o Conselho da CCEE, a Abraceel reforçou a preocupação dos agentes sobre a proposta de encargo do lastro legado inserida no PL 1917/2015, sem consulta ao mercado;

- CCEE acredita ser indispensável a consulta com o mercado para discussões e aprimoramentos do tema;

- Além disso, a Câmara demonstrou interesse no estudo da Abraceel, em parceria com a PSR, sobre formação de preços e no Match da Energia, solução desenvolvida em parceria com a Volt Robotics.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**



No dia 17.01, a Abraceel se reuniu com o Conselho da CCEE para discutir a proposta da Câmara sobre a cobrança do lastro existente no ACR dos consumidores do ACL.

Na ocasião, a Abraceel pontuou a preocupação dos agentes sobre a proposta de criação do encargo do lastro existente do ACR, a ser cobrado dos consumidores do ACL, que foi inserida no relatório do Projeto de Lei 1917/2015, sem prévia discussão pública com o mercado.

O Conselho da Câmara também acredita ser indispensável a consulta com o mercado para discussões e aprimoramentos do tema, mas que a Câmara integra o comitê que trata da modernização no Ministério de Minas e Energia, e que não poderia se furtar a atender a demanda que lhe foi feita por esse, de colocar dados e números na proposta



da EPE. Rose Santos, conselheira da CCEE, disse que a EPE enviou duas notas técnicas ao Ministério de Minas e Energia sobre a separação lastro e energia, base para essa proposta de transição apresentada pela CCEE, e acredita que em breve poderão ser divulgadas ao mercado para abertura de consulta pública.

Frederico Rodrigues aproveitou a oportunidade para falar sobre o estudo contratado junto à PSR sobre formação de preços e que a Abraceel gostaria de apresentá-lo à CCEE. A Câmara disse que o assunto é prioritário e solicitou o agendamento de nova reunião o quanto antes. O encontro foi agendado para a próxima semana, no dia 27 de janeiro, com a presença da PSR.

Ademais, Rose pediu uma apresentação sobre o Match da Energia, solução digital desenvolvida pela Abraceel e Volt Robotics, que representa o alinhamento entre a operação real do sistema e o resultado dos modelos computacionais, que será lançada dia 26.01.

Questionada sobre os estudos sobre de abertura de mercado, a CCEE disse já ter concluído sua visão conceitual e que está discutindo o tema com o MME, confirmando que o prazo para a apresentação do estudo até o final de janeiro será cumprido.

Além disso, acreditam que os próximos temas a serem discutidos serão a agregação de medição e a comercialização varejista, pois a própria Aneel já colocou em sua Agenda Regulatória a discussão desses itens.

Ao final, a Abraceel elogiou o trabalho da CCEE no estudo de potencial de liberalização do mercado, apresentado à Associação na semana passada, aproveitando para apontar alguns pontos de aprimoramento, e se mostrou disposta a continuar as discussões sobre o tema.

## Abraceel continuará pedindo celeridade da Aneel para aumentar eficácia do MVE

### Matéria em 1 minuto:

- Abraceel irá atuar para que a metodologia dos efeitos tarifários dos produtos mensais e plurianuais do MVE seja aprovada de forma célere, de forma a desobstruir a operacionalização desses produtos;
- Em complemento, a Abraceel irá buscar alinhamento com a Abradee acerca do tema;
- Em breve será enviada ao GT minuta de contribuição para contribuições das associadas.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**



A primeira reunião interna de 2022 do Grupo Técnico da Abraceel foi realizada no dia 18.01, com objetivo de discutir a Consulta Pública Aneel 72/21, que trata da proposta de apuração dos efeitos tarifários dos produtos mensais e plurianuais do MVE.

Como já detalhado em edição anterior deste [Relatório Semanal da Abraceel](#), a Aneel aprovou, no dia 30.11.21, metodologia de cálculo para apuração dos efeitos tarifários dos produtos trimestrais, semestrais e anuais do MVE. Em complemento, instaurou uma segunda fase da AP 25/19, agora denominada CP 72/21, com objetivo específico de definir tal metodologia para os produtos mensais e plurianuais que não foram escopo da AP 25/19.

Em síntese, a proposta da Aneel na CP 72/21 é que os produtos mensais sigam o mesmo regimento vigente de apuração dos efeitos tarifários dos produtos trimestrais e se-



mestrais, e que os produtos plurianuais sigam o regramento dos produtos anuais.

A atuação da Abraceel nesse tema sempre foi para solicitar mais celeridade na definição da metodologia dos efeitos tarifários do MVE, com objetivo de torna-lo mais atrativo para as distribuidoras e, conseqüentemente, aumentar sua eficácia.

Na opinião do Grupo Técnico, a Abraceel deve continuar atuando pela aprovação célere da metodologia, principalmente diante da diretriz aprovada pela Aneel de que os produtos mensais e plurianuais só serão operacionalizados após a definição dessa questão. Em complemento, o GT recomendou buscar alinhamento com a Abradee, para que o processo caminhe com maior rapidez.

Dessa forma, a Abraceel irá elaborar minuta de contribuição à CP Aneel 72/21, em breve será enviada ao Grupo Técnico para envio de sugestões pelas associadas. A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do [site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”](#).



## Cpamp apresentará relatório final do PAR(p)-A e CVaR até o fim do mês

### Matéria em 1 minuto:

- Comissão espera entregar para o MME o relatório final até o dia 31.01, que então colocará o documento em consulta pública;
- A intenção é que a plenária da CPAMP delibere sobre os temas até 31.03;
- O próximo Workshop será em fevereiro, em data a definir, para apresentar os resultados finais dos estudos.

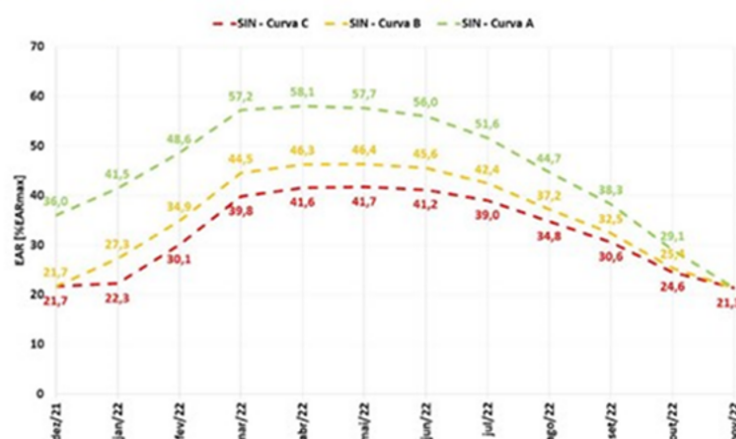


Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 19.01, a Cpamp promoveu mais um Workshop do GT Metodologia, para a apresentação dos resultados dos backtests e estudos prospectivos, já em fase final do ciclo de trabalho 2021/2022, que busca implementar o PAR(p)-A e novos parâmetros do CVaR. No cronograma, a Cpamp espera entregar para o MME o relatório final com os resultados até o dia 31.01, para então colocar o documento em consulta pública. A intenção é que a plenária da Comissão delibere sobre as propostas até 31.03.

O PAR(p)-A minimiza o efeito de reversão à média no processo de geração de séries, fator de introdução de viés otimista no modelo. Sobre a calibração do CVaR, a Comissão propôs utilizar como referência para sua definição a Curva Referencial de Armazenamento (CRef), atendendo, segundo ela, ao pleito dos agentes para a definição de uma meta que expressasse o nível de segurança sistêmico requerido pelo setor. Surgiram alguns questionamentos dos agentes sobre a proposta de utilizar a CRef como gabarito para calibrar o CVaR, porém a Cpamp considera o processo adequado. O objetivo é identificar os parâmetros do CVaR que indiquem a geração térmica aderente à indicação de geração térmica da CRef 2022 a cada mês, ao menor custo de operação.

Figura 4-5: Curvas Referenciais de Armazenamento do SIN

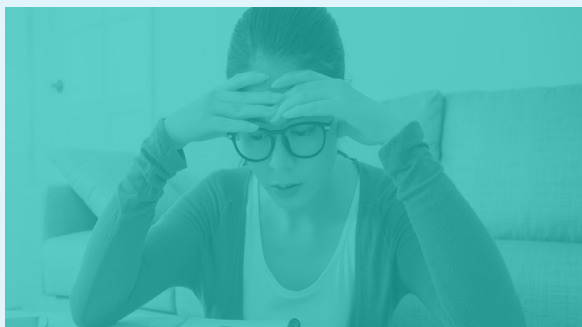


Os agentes já enviaram sugestões para o cronograma de trabalho da Cpamp para 2022, como a adoção do Newave híbrido, pois há consenso de que a representação agregada em reservatórios equivalentes já não encontra respaldo na realidade. A Cpamp adiantou que o tema entrará em discussão para priorização no próximo ciclo de trabalho. O próximo Workshop será em fevereiro, em data a definir, para apresentar os resultados finais dos estudos. A apresentação realizada na reunião está disponível [neste link](#).





# ABRACEEL NA MÍDIA



**CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA SOBE MAIS DO QUE O DOBRO DA INFLAÇÃO EM 7 ANOS**

**I Estadão**

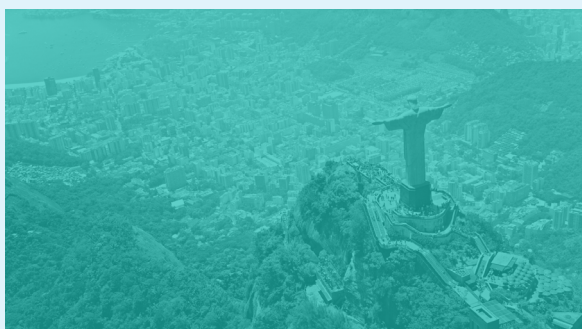
[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**MIGRAÇÃO A MERCADO LIVRE DE ENERGIA PODE GERAR R\$ 6,3 BI**

**I Valor**

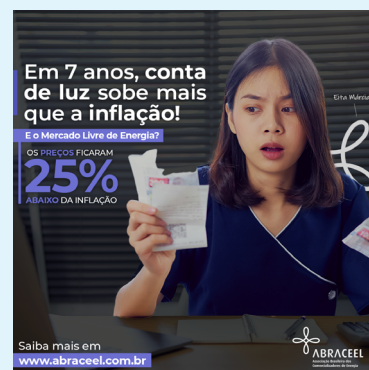
[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**RIO LIDERA RANKING DE CUSTO DE ENERGIA À INDÚSTRIA...**

**I Poder360**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





## CURTAS

### Vitória: mais celeridade no acesso ao sistema de transmissão

A Diretoria Colegiada da Aneel aprovou o resultado da segunda fase da Consulta Pública 13/20, instituída com objetivo de consolidar e aperfeiçoar regras que tratam da classificação das instalações e do acesso ao sistema de transmissão. Na CP, a [Abraceel contribuiu](#) reforçando a necessidade de se promover isonomia nas regras de acesso à conexão para empreendimentos do ACR e ACL, argumentando que o ambiente de comercialização não deve influenciar questões técnicas de acesso às redes. Como se sabe, alguns empreendimentos optam por ofertar um mínimo de energia em leilões regulados, com o objetivo de obter prioridade no processo de conexão, em detrimento daqueles que ofertam energia somente ao ambiente livre. Assim, um processo mais célere e transparente nos prazos de emissão de pareceres de acesso tende a diminuir esse descasamento, o que foi reconhecido e aprovado pela Aneel. Assim, a REN 1.001/22 estabelece redução gradual desses prazos, de forma que, após dois anos, o prazo de emissão do parecer de acesso será de 25 dias, quando o acesso não demandar expansão do sistema, e de 85 dias, ao invés dos 120 atuais, quando houver necessidade de expansão do sistema. Além disso, o ONS lançou em caráter de teste ferramenta para consulta às solicitações de acesso, dando maior


publicidade aos pedidos, em linha com o pleiteado pela Abraceel.

### Quais os próximos passos do PL 1917? Confira na 1ª Sexta Livre do ano

No dia 28.01, às 10h, a Abraceel irá realizar a primeira Sexta Livre de 2022 com o objetivo de discutir o [relatório do Projeto de Lei 1917/2015](#) aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 14.12.2021. Os dados de acesso foram enviados por e-mail. Contamos com a sua presença!


**#SEXTALIVRE**

**LIBERDADE DE ESCOLHA NA CÂMARA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PL 1917/2015**

**28.01**  
ÀS 10H

COM A PRESENÇA DE  
**ALEXANDRE LOPES**  
E **ÂNGELA OLIVEIRA**

 REUNIÃO VIA ZOOM

### B3 lança Boleta de Energia

A B3 lançou plataforma online aos agentes do mercado livre, que se destina à formalização de contratos das contrapartes de forma 100% digital, denominada Boleta da B3. A plataforma funciona como um confirmador eletrônico de operação, em que uma das partes envolvidas na negociação insere os dados e, de forma confidencial, as contrapartes da Boleta assinam digitalmente um contrato padrão. A ferramenta busca a redução dos prazos e dos custos envolvidos nas operações de energia. Mais informações [aqui](#).

## O gás também deve ser totalmente livre!

Dez associações, entre elas a Abraceel, assinaram [carta aberta](#), na qual criticam a falta de harmonização entre algumas leis estaduais e a Nova Lei do Gás, o que prejudica a abertura do mercado e impacta negativamente o consumidor. Recentemente aprovadas, as leis dos estados da Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Ceará confrontam a lei federal ao pretender: i) introduzir definição de gasoduto de distribuição que se sobreponha ou seja conflitante com os critérios de definição dos gasodutos de transporte; ii) atribuir às agências de regulação estaduais a classificação de dutos novos e reclassificação dos existentes; iii) impor requisitos demasiadamente limitantes ou processos demorados para migração do consumidor para o mercado livre; iv) criar novas taxas e encargos que oneram as transações do mercado livre; e v) sobrepor-se à regulamentação da atividade de comercialização de gás, já tratada pela ANP. Assim, as Associações signatárias acreditam que é necessário que os estados ampliem as discussões sobre os temas, para evitar retrocessos na ampliação do mercado de gás natural.

## Oportunidade: Cegás lança chamada pública para compra de gás

A Companhia de Gás do Ceará (Cegás) instaurou chamada pública para compra de gás natural a partir de 2022, com objetivo de contratar 600 mil m<sup>3</sup>/dia, com início em 01.03 e duração de até quatro

anos. Poderão participar comercializadores, produtores e importadores. Para mais informações [clique aqui](#).

## Previsibilidade na formação de preços

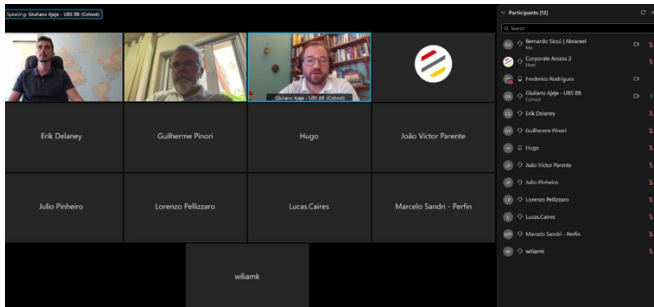
A Abraceel enviou [correspondência](#) à CCEE no dia 18.01, na qual sugere a divulgação pela Câmara, de forma antecipada, das datas limites para consideração de alterações nos dados de entrada que não decorrem de erros ou de atualização com calendário predefinido na formação de preços. No encontro do PLD realizado no dia 19.01, a CCEE informou que para o PMO de março de 2022, as referidas alterações devem ser comunicadas ao mercado para consideração na formação de preços até o dia 25.01.

## Leilão de Certificados de Energia Renovável de Furnas

Furnas disponibilizou o edital para o segundo Leilão de Cessão de Certificados de Energia Renovável, que acontecerá no dia 17.02, com cada certificado equivalendo a 1 MWh de energia renovável gerada. Serão oferecidos três tipos de produto, todos com data-base de geração em 2021: o I-REC Standard - Certificados de energia elétrica de fonte hídrica para comercializador e para beneficiário final e o RECFY - Certificados de energia elétrica da plataforma própria de Furnas, de fonte hídrica para beneficiário final. As empresas têm até 10.02 para enviar o termo de adesão e a documentação necessária. Mais informações [aqui](#).



## Bate-papo com UBS sobre mercado livre



No dia 20.01, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú reuniram-se com o UBS BB Investment Bank, que também convidou investidores de outras instituições. Na pauta, os temas que estão na agenda do setor de energia, com foco na perspectiva de abertura total do mercado, formação de preços e segurança das operações.

## Mercado de carbono

Foi publicada, hoje, a Portaria 604/2022 do MME, que divulga, para Consulta Pública, o relatório “Proposta de Diretrizes para a Consideração de Benefícios Ambientais no Setor Elétrico – Lei nº 14.120/2021”. As contribuições podem ser enviadas até 07.02 no [site do Ministério](#).

## Republicação da REN 1.000 da Aneel

Foi republicada no dia 21.01, no Diário Oficial da União a Resolução Normativa 1.000 da Aneel, que estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, para correção da resolução anterior. A íntegra pode ser [acessada aqui](#).

 **PRÓXIMA  
SEMANA**

**24.01 – Segunda-feira:** Rodrigo Ferreira assume a presidência da Abraceel;

Abraceel se reúne com o Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Aneel, Alessandro Cantarino, para apresentar o Match da Energia, às 14h.

**25.01 – Terça-feira:** Abraceel se reúne com Diogo Mac Cord, Secretário Especial do Ministério da Economia, para apresentação do novo presidente da Associação, Rodrigo Ferreira, às 14h;

Abraceel se reúne com a Way2 para discutir o tema agregação de medição, às 9h.

**26.01 – Quarta-feira:** Abraceel, em parceria com a Volt Robotics, lança o Match da Energia, solução digital que representa o alinhamento entre a operação real do sistema elétrico e o resultado dos modelos computacionais por meio de indicadores, às 15h. O evento será via Zoom [no link](#).

**27.01 – Quinta-feira:** Abraceel e PSR se reúnem com o Conselho da CCEE para apresentar os resultados do estudo sobre o aprimoramento do mecanismo atual de formação de preço no Brasil, às 10h;

Abraceel se reúne com a nova associada Skopos, para apresentação institucional de boas-vindas, às 17h. Lembamos que a reunião de apresentação da Abraceel começou a ser feita para as novas associadas em 2021, mas caso sua empresa tenha interesse, basta entrar em contato com a equipe ([abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br)) para agendar um encontro.

**28.01 – Sexta-feira:** Sexta Livre Abraceel discutirá o PL 1917/2015, que cria a portabilidade da conta de luz, apontando os detalhes aprovados no relatório, bem como informações sobre sua tramitação no Congresso, às 10h. As informações de acesso foram enviadas

# CALENDÁRIO ABRACEEL

## Fevereiro

**02.02 - Quarta-feira:** Reunião do GT para discutir a proposta da CCEE para garantias financeiras, às 15h.

**17.02 - Quinta-feira:** Reunião do Conselho da Abraceel, às 10h.